

Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético

Beatriz Maria Soares Pontes – UFRN

RESUMO

Na teorização sobre as diferenciações espaciais, numa formação social, a complexidade das relações sociais é que explica as diferenciações e que as mesmas expressam relações antagônicas. Na análise dessas relações sociais e sua dimensão espacial, as interpretações são diferentes. Interpreta-se tais relações como resultantes da articulação de modos de produção ou de relações de produção, ou de lutas de classes, ou da divisão social do trabalho. E como a intervenção do Estado no modo de produção. As diferenciações espaciais refletiriam as relações sociais antagônicas existentes em uma formação social, desenvolvidas pela ação do Estado como mediador da sociedade. Na medida em que o capitalismo é responsável pelo recrudescimento da globalização, emergem-se relações, processos e estruturas próprias desse mundo multifacetado. É na dinâmica, desse movimento interdependente e integrativo, bem como de fragmentação e antagonismos, que a região se insere. O desenvolvimento do capitalismo é, sem dúvida, o principal agente modelador do espaço, que corta e recorta a superfície terrestre, absorvendo ou reabsorvendo os mais diversos espaços, modos de vida e de trabalho, culturas. Como entender um mundo que se processa, de um lado, pelas forças integrativas da globalização e, de outro, pelas forças da fragmentação? Essas reflexões perpassam os estudos de região, pois o surgimento ou ressurgimento de novos recortes regionais implica a organização ou reorganização de outros.

Palavras-chave: Região. Regionalização. Globalização. Formação socioespacial. Produção do espaço.

ABSTRACT

It is accepted that in the theorization about the spatial differentiations, in a social formation, the complexity of the social relations is what explains those differentiations and that the same expresses antagonistic relations. In the analysis of those social relations and its spatial dimension, the interpretations are different. Such relations are interpreted as resultant of the outputs of articulation of means of production or of relations of production, or of class war, or of the social division of labor, and, how the intervention of the State in the mean of product. The spatial differentiations

would reflect, then, the existing antagonistic social relations in a social formation, developed by the action of the State as mediator of the society. While the capitalism is responsible by the intensification of the globalization, emerge relations, trials and own structures of that multifaceted world. It is in the dynamic, of that interdependent and integrative movement, as well as of fragmentation and antagonisms, that the region is inserted. The development of the capitalism is, doubtless, the main shaper agent of the space. He is the one who cuts and trims the terrestrial surface, absorbing or reabsorbing the most diverse spaces, ways of life and of work, cultures. How to understand a world that is processed, in a way, by the integrative forces of the globalization and, in another, by the forces of the fragmentation? Those reflections encompasses the studies of region, therefore the arise or resurgence of new regional cuttings implies the organization or re-organization of others.

Keywords: Region. Regionalization. Globalization. Social-spatial formation. Spatial production.

A regionalização, entendida como processo, está relacionada ao conceito de espaço como um produto da sociedade.

Todavia, a problemática que se coloca, no que concerne a esta vertente teórica, é de que nas formações sociais sob a hegemonia do capital não existe uma estrutura regional. Tal reflexão se reporta às análises realizadas nos países de capitalismo avançado. Assim, o espaço geográfico é o suporte de uma sociedade e de uma economia e como tal é objeto de apropriação e lugar onde se desenvolvem as estratégias dos grupos sociais. Existem interesses antagônicos em tais estratégias, desativando a posição do nível regional no sistema econômico.

Outro aspecto emergente quanto à existência ou não de estrutura regional em uma formação social seria o de se relacionar região ao estágio do desenvolvimento capitalista. Na realidade, consideramos que à medida que o sistema capitalista assume o caráter monopólico, o capital homogeneiza o espaço, descaracterizando a estrutura regional. Portanto, nas formações sociais de capitalismo avançado não haveriam regiões.

É, geralmente, aceito que na teorização sobre as diferenciações espaciais, numa formação social, a complexidade das relações sociais é que explica aquelas diferenciações e que as mesmas expressam relações antagônicas. Entretanto, na análise dessas relações sociais e sua dimensão espacial, as interpretações são diferentes. De um lado, tais relações são interpretadas como resultantes da articulação de modos de produção ou de relações de produção, ou de lutas de classes, ou da divisão social do trabalho. De outro, como a intervenção do Estado no modo de produção. As diferenciações espaciais refletiriam, então,

as relações sociais antagônicas existentes em uma formação social, desenvolvidas pela ação do Estado como mediador da sociedade.

Duarte (1980) partiu da premissa de que em uma formação social existem contradições e interesses antagônicos, não só entre ramos da economia, como entre segmentos da classe dominante, entre classes dominantes de diferentes espaços e entre os espaços. As contradições são reflexos de diferentes formas de reprodução do capital e que têm uma dimensão espacial. Isto é uma consequência do fato do capitalismo, em uma formação social, se apresentar em diferentes estágios antagônicos na totalidade social e estes têm diferentes dimensões espaciais.

A formulação de Duarte et al. (1988), para a revisão do conceito de região e, por conseguinte, de sua identificação como realidade concreta, baseou-se na aplicação do conceito de totalidade à própria unidade espacial analisada. Considerou-se, então, a região como uma formação social específica, constituindo uma totalidade social em si mesma.

Com esta definição o autor pretendeu ir além da simples identificação da dimensão espacial das especificidades da estrutura econômica em uma formação social. A identificação de uma região não estaria ligada apenas à divisão territorial do trabalho, ou ao desenvolvimento desigual das forças produtivas no espaço de uma dada formação.

A base teórica para aquela definição está sustentada nas relações entre as instâncias que caracterizam uma dada estrutura social em um determinado território. O pensador, em questão, partiu da observação de que nas formações sociais existem contradições e interesses antagônicos, não só entre as classes sociais e entre ramos da economia, como entre segmentos da classe dominante, entre classes dominantes de diferentes espaços geográficos e, por conseguinte, entre espaços. Ele considerou, assim, que a sociedade de uma formação social não tem interesses comuns, quando se analisa e particulariza seu desdobramento espacial. Isto fica mais evidenciado quando a análise é temporal.

O referido teorizou que o capital, em suas relações internas e externas, em uma formação social, para viabilizar sua reprodução em seu processo hegemônico, pode ir de encontro aos interesses da classe dominante em diferentes espaços da formação social. Esta força a reação de outras classes sociais, mobilizando a sociedade local como um todo. Constitui-se, naquele espaço, um bloco de resistência que pode ser conceituado como um bloco regional. Em outras posturas metodológicas, esta reação e este bloco têm sido analisados como regionalismo. Conceito que precisa ser repensado teoricamente e resgatado como práxis. Para Duarte (1980), a reprodução do sistema social local e para constituição do bloco regional, foi identificada o estabelecimento de uma ideologia regional. Esta deve ser analisada nas suas contradições internas e como anteparo às estratégias da sociedade da formação social global.

Assim sendo, não teremos, para análise, um espaço concreto pré-determinado como região, mas um território que é uma realidade objetiva que será analisada segundo o conceito da totalidade e nele identificaremos uma região ou não.

Este tratamento metodológico é uma ruptura com as posturas tradicionais da análise regional, isto é, a inter-relação de “fenômenos” ou “elementos”, abióticos, bióticos e econômico-sociais de um espaço, para chegarmos à “síntese regional”. É, igualmente, uma revisão metodológica não só da aplicação de modelos e teorias de localização econômica para identificar e caracterizar “espaços regionais”, como, também, das posturas dialéticas utilizando conceitos do materialismo histórico para subdividir uma totalidade espacial.

Nesta proposta de abordagem não partiremos da região, mas chegaremos à região. Retomaremos o conceito de totalidade e esclareceremos como foi utilizado, para que possamos entender a análise processada no espaço.

A totalidade que tomaremos como marco conceitual não se restringe ao mecanismo do conceito de modo de produção. Não é, também, a simplificação conceitual, considerando-o como a complexidade das relações sociais de uma formação social. Entendemos a totalidade como uma realidade concreta e estruturada. Assim, ela só é entendida a partir da própria realidade que está sob análise. Ela pode ser apreendida a partir das relações entre os elementos que a constituem. Para sua compreensão, o conhecimento deverá estar direcionado para a identificação de determinações mais ricas e mais complexas e, assim, mais concretas e passíveis de serem analisadas.

É uma postura diferente daquela que considera um determinado objeto real como um todo sendo constituído por partes que se adicionam e que uma dessas partes pode ser, em outra escala, outro todo. A totalidade aqui conceituada é inteiramente oposta àquela que considera o todo como constituinte de partes, mesmo que estas tenham relações entre si, interajam e sejam opostas. O conceito de totalidade utilizado está relacionado a uma visão global da realidade social, historicamente determinada, numa relação concreta de determinações (não-causalidades), estruturada (relação entre forma e conteúdo), em transformação (mudança de estrutura) e, sobretudo, em que se privilegia a contradição e não a diferenciação no todo social.

É necessário enfatizar que este conceito de totalidade não pode ser materializado em uma “figura” ou “retrato” do conjunto social ou do seu espaço. Com isso, fica evidente que estamos longe dos “modelos regionais” que trabalharam com “totalidade funcionais”. Aproximamo-nos das considerações de Kosik (1976), que enfatizava a concretude do conceito a partir do conhecimento da realidade e neste está a exigência metodológica e o princípio epistemológico da categoria.

Fica evidenciado que ao considerarmos a totalidade não pretendemos conhecer nem detalhar todos os elementos e fatos que constituem uma determinada totalidade. “A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta” (KOSIK, 1976, p. 72).

Para chegarmos a essa realidade, o fio condutor é considerarmos que a totalidade social é a inter-relação de três níveis ou instâncias da sociedade: o econômico – estrutura econômica e relações sociais; o político – as instituições, o aparelho do Estado, e a sociedade civil, e o ideológico – os aparelhos ideológicos e o discurso social. Dessa forma, os três níveis deverão ser analisados e procuraremos ver, entre eles, quais as inter-relações que são as determinações que definem a estrutura social daquela realidade.

Quando trabalhamos com determinações históricas, as inter-relações mudam no tempo porque elas se inserem em processos sociais mais amplos e externos àquela realidade, apesar de se relacionarem com a mesma. Esta postura metodológica orienta a análise da sociedade que, ao longo do tempo se apropriou de um espaço natural inserido naquela realidade ou estrutura social, passando a ser o seu espaço social, geográfico. A análise desta estrutura social, naquele espaço, ao longo do tempo, segundo o conceito de totalidade, nos permitirá identificar se aquele espaço geográfico é um espaço regional.

Para Santos (1985, p. 16) a “região é o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”. Entretanto, as divisões espaciais do trabalho precedentes criaram, na área respectiva, instrumentos de trabalho fixos, ligados às diversas órbitas do processo produtivo, aos quais se vêm juntar novos instrumentos de trabalho necessários às atividades novas e renovadas atuais.

Entre esses “fixos”, há os que estão ligados à atividade direta dos produtores individuais e os que são socialmente criados. No que tange aos últimos, sua lógica não é apenas regional, mas evidencia que as preocupações que redundaram na sua instalação estão ligadas ao funcionamento da economia nacional como um todo, ou a razões de segurança, ou à vocação do Estado Moderno para comandar a totalidade do território correspondente, mediante os transportes e comunicações.

A cada momento histórico, a região ou um subespaço do espaço nacional total, aparece como melhor lugar para a realização de um certo número de atividades. Assim, a existência de fixos que provêm de épocas passadas, e cuja instalação correspondeu a uma lógica buscada na rede de relações múltiplas de então, têm um papel de inércia.

Sua “velhice”, em relação a novas formas técnicas, não é um fator de perda relativa de seu valor produtivo ou de sua capacidade de participar no processo de acumulação geral e dentro do ramo respectivo. É a incidência, sobre essas formas envelhecidas, das relações sociais, que lhes assegura um lugar na hierarquia dos papéis. Este dado, de natureza geral, pertence à lógica do funcionamento da formação social nacional como um todo.

A região se definiria, então, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações acima indicadas. Portanto, os fixos, na qualidade de formas técnicas, exceto se já não funcionam, jamais deixam de ser portadores de um conteúdo, isto é, de um sistema de relações ligado à lógica interna de firmas ou instituições e que opõe resistências à lógica mais ampla, nacional. Por isso, a região e o lugar são lugares funcionais do todo.

Todavia, tal reflexão mostra a dificuldade de se dividir socialmente à totalidade segundo um critério horizontal, geográfico. Considerando o problema de um ponto de vista dinâmico, a tarefa é impossível, porquanto as mudanças funcionais evidenciam que os limites historicamente reais de cada subespaço estão sempre mudando. Entretanto, tomado um ponto no tempo, a questão poderá se viabilizar.

Costa (1984), por sua vez, pensa a região como espaço de identidade cultural-ideológica e representatividade política, ao nível de fração de classe, não institucionalizado como Estado-Nação, em torno do qual se articulam determinados interesses, notadamente econômicos, que reconhecem nele a base territorial de reprodução.

Becker (1986) propõe, para a reflexão sobre a região e regionalização, quatro hipóteses: a) a região é um bloco histórico relacionado a uma base territorial própria que cumpre reconhecer como processo; b) região e regionalização são produto e condição, materializados e diferenciados, do trabalho social global. A construção teórica sobre a produção do espaço social é também uma teoria da regionalização e da região, que constitui a expressão territorializada desse processo; c) como secções históricas do território, realidades específicas vivas, as regiões constituem um poder territorial; d) a região corresponde também a interesses e reações coletivas que passam pela cultura e pela identidade regional, que podem constituir resistência coletiva à homogeneização econômica e à organização da hegemonia.

Côrrea (1986) vê a região como uma especificação da lei do desenvolvimento desigual e combinado (Trotsky), expressão, por sua vez, da lei da dialética da interpretação dos contrários: cada aspecto da realidade constitui-se de dois processos relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos. A contradição entre eles é o elemento motor de sua transformação.

Côrrea (1986) considera que na lei em questão, dois processos são fundamentais: de desigualdade e combinação. Através deles verificamos diferenciações resultantes de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente e no espaço. A dimensão espacial da lei em pauta é o processo de regionalização ou de diferenciação de áreas. Assim, dois aspectos relativos a este processo são levados em conta: sua gênese e difusão e os mecanismos segundo os quais a regionalização se dá.

Deveremos ponderar, finalmente, que o processo de oligopolização da economia apesar de criar e recriar o espaço regional no tempo, ainda não foi suficiente para o resgate da profunda compreensão

do processo regional à luz da História, que implica na abordagem de questões como: avanço tecnológico desigual, sistema técnico-científico-informacional desigualmente distribuído, lutas de classes, conflitos culturais e continuadas reformulações político-jurídicas, hegemônicas e ideológicas ao nível dos subespaços nacionais em relação ao espaço nacional como um todo e deste em face do movimento geral do modo de produção capitalista. Em suma, estamos diante de uma divisão técnica, social e territorial do trabalho extremamente complexa, apresentando dificuldades quanto aos métodos para aferi-la.

Resgatando-se o pensamento dos autores, constatamos que enquanto Duarte (1980) levanta a questão em torno do significado da sociedade e consciência regional, além da práxis regional, Santos (1985) se preocupa com o impacto das novas relações que não determinaram mudanças na organização espacial das formas-conteúdo precedentes e com as áreas que ao receberem o impacto das novas relações encontraram um novo arranjo interno que permite a reprodução das condições anteriores.

Costa (1984), a partir da tomada do conceito da região numa abordagem dialética, que inclui a própria “identidade cultural” das regiões lablachianas, propõe a retomada da análise regional numa perspectiva totalizante, que enfatize não apenas o econômico, mas também os níveis político e cultural-ideológico.

Becker (1986) chama atenção para questões não resolvidas sobre região e regionalização que dificultam a reflexão: ambigüidade do termo região, postura ideológica tanto da Geografia positivista “apolítica”, como do pensamento político sobre o espaço – seja o liberal, seja parte do marxista – que encaram a região como resultado de uma divisão espacial imposta, pelo Estado e/ou pelo capital, esvaziando-a de seu conteúdo histórico.

Côrrea (1986) pondera que é no capitalismo que o processo de regionalização se acentua, diferenciando e integrando as diversas partes da superfície da Terra: a divisão territorial do trabalho define o que será produzido, e o progresso técnico e as relações de produção, o como será produzido. A região, portanto, é uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, sendo uma especificação da totalidade social.

REGIÃO, FRAGMENTAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

É imprescindível considerarmos que, embora a globalização tenha sugerido, de acordo com a opinião de alguns autores, uma espécie de padronização espacial, suas implicações em níveis locais, nacionais e continentais são ainda recentes e devem ser entendidas à luz das peculiaridades das forças sociais, econômicas, políticas e culturais próprias de cada parcela da superfície terrestre.

Podemos afirmar que, na etapa da globalização, um dos conceitos que mais sofreu o seu impacto, foi o de região, tanto pelo lado da escala em que o processo passa a se realizar, como pelo lado de sua operacionalização ou, mais particularmente, no sentido do grau de autonomia regional face aos processos políticos mais abrangentes.

Nesse contexto, destacamos as seguintes indagações: Como a região pode se manter no conflito entre o local e o global? Como ela persiste aos efeitos dos atores hegemônicos que tentam forjar a homogeneidade espacial, mediatizados pelo capital?

Freqüentemente identificamos afirmações de que a região existe e persiste com um objeto que dá sustentabilidade à unidade geográfica. Mas como essa questão pode ser relativizada? A resposta não é simples e tem desafiado muitos geógrafos.

É preciso que entendamos que a diferenciação dos recortes regionais atuais se insere na crise resultante das mudanças na organização espacial que a economia mundial primeiramente provocou e que foram aceleradas pela globalização da economia.

Na medida em que o capitalismo é responsável pelo recrudescimento da globalização, emergem relações, processos e estruturas próprias desse mundo multifacetado. É na dinâmica, desse movimento interdependente e integrativo, bem como de fragmentação e antagonismos, que a região se insere. O desenvolvimento do capitalismo é, sem dúvida, o principal agente modelador do espaço. É ele que corta e recorta a superfície terrestre, ou seja, absorve ou reabsorve os mais diversos espaços, modos de vida e de trabalho, culturas. Podemos dizer, então, que a reprodução ampliada do capital, em escala global, continua a ocupar e reocupar o mundo nos mais diversos e distantes lugares. Simultaneamente, a globalização leva à fragmentação, pois articula e desarticula espaços e regiões.

Como entender um mundo que se processa, de um lado, pelas forças integrativas da globalização e, de outro, pelas forças da fragmentação? Essas reflexões perpassam os estudos de região, pois o surgimento ou ressurgimento de novos recortes regionais implica a organização ou reorganização de outros.

Ao considerarmos a questão regional hoje, podemos afirmar que a dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes. As partes, enquanto distintas totalidades também notáveis, consistentes, tanto produzem e reproduzem seus próprios dinamismos como assimilam, diferencialmente, os dinamismos provenientes da sociedade global, enquanto totalidade mais abrangente. É no nível do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se expressam diversidades, localismos, singularidades e particularismos.

Verificamos, portanto, que a globalização pode não significar homogeneização total, mas sim diferenciação de partes. Essa diversidade ocorre em virtude das distintas potencialidades regionais e

dos diversos atores hegemônicos que atuam com forças desiguais, organizando ou desorganizando os quadros regionais. Ou seja, são novos recortes do mundo sob o padrão econômico do capital.

Em primeiro lugar, devemos ter claro que os recortes regionais atualmente são múltiplos, dinâmicos, complexos e instáveis, sob a ótica espacial.

Em segundo lugar, convém ressaltarmos que os recortes regionais possuem aspectos distintos. Tal distinção é resultante da diversidade de aspectos que estruturam uma região: ambientais, humanos, econômicos, históricos, sociais, políticos e culturais.

Em terceiro lugar, faz-se mister refletirmos sobre a dimensão política, como um dos fatores determinantes no conceito de região. A região está subjugada a um poder central, tendo o Estado um papel não mais planejador, mas provedor. O Estado-Nação soberano tem mudado a sua face, encontrando-se em crise desde os finais do século passado, quando emergiu, com maior ênfase, a globalização. A globalização, conduzida pelos grandes bancos e corporações transnacionais (capital financeiro), retirou do Estado o controle sobre o conjunto do processo produtivo, afetando a integridade do território nacional e a autonomia do Estado, repercutindo, assim, nas regiões.

Acreditamos que, nessa nova forma de estruturação do Estado, as regiões terão novo papel, reque-rendo uma organização social e uma política flexível, que favoreça a competição. Assim sendo, o Estado, embora não deixe de ter a função de coordenação e regulação, passa a não ser mais o executor exclusivo dos processos econômicos e políticos para dividir o poder com as regiões. Nesse rearranjo político, as regiões, possuindo um desenvolvimento científico-tecnológico e informacional, poderão ter muito a barganhar. Somente sob essas condições, a região oferecerá aos agentes da economia e da política a certeza do resultado de sua ação.

Em quarto lugar, salientamos que a globalização parece concretamente não ter logrado suprimir a diversidade espacial e, possivelmente, não a tenha diminuído. Ponderamos que a identidade cultural persiste e, portanto, a globalização não a destrói, pelo contrário, até a reforça.

Em quinto lugar, teremos que levar em consideração a problemática da escala. Embora fundamental, a delimitação da região jamais poderá ser rígida, uma vez que a dinâmica do espaço não admite cortes bruscos na definição de suas fronteiras. A região é, portanto, uma dimensão escalar do espaço, que se concretiza mediante a funcionalização do poder no território.

A partir dessas reflexões, nos propomos entender a região como um recorte espacial (subespaço) dinâmico, que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo, considerando as transformações ambientais, humanas/sociais, históricas/políticas e culturais nele engendradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de relação e inter-relação dos fenômenos físicos, humanos, políticos e econômicos é intrínseca à abordagem regional. A região não contém explicação em si mesma. Para entendermos a região torna-se necessário levarmos em consideração os seus desdobramentos externos, seja atentando-se à valorização do território, seja dentro de uma concepção globalizante que permita entendê-la como um todo. Como nem sempre o todo é homogêneo, torna-se claro que a região se move por meio de contradições, ditadas principalmente pelo capital.

Neste contexto, a região é vista como resposta “do” e “para” o capital. A região é então entendida como a organização espacial dos processos sociais, associados ao modo de produção. A regionalização do processo de acumulação do capital, organizado como uma rede de processos de acumulação parcial interligado define, então, as bases territoriais. Também, a regionalização da reprodução da força de trabalho, cuja lógica relaciona a região de mercados de trabalho com a organização espacial da população e com a regionalização dos processos políticos e ideológicos de dominação, é vista como a mantenedora das relações sociais de produção.

Assim sendo, torna-se imprescindível ressaltarmos a lógica fundamental do capital dentro dos processos de diferenciação regional. Neste contexto a região é definida como a articulação concreta das relações de produção em um dado local e tempo.

A região é, nessa perspectiva, a forma concreta e histórica da instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social (SANTOS, 1985).

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. Uma proposta para reflexão sobre região. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 6., 1986, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: [s. n.], 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, Rogério H. da. Região: questões teóricas e uma proposta de análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo, [s. n.], 1984. v. 2.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 20, 1980.

DUARTE, A. C. et al. O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-106, abr./jun. 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.